

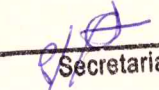


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões

ACÓRDÃO Nº 191/2017

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 117

EM 21/06 DE 2017 PÁGINA(S) 55


Secretaria das Sessões

Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2009. Contas julgadas irregulares.

Processo TCDF nº: 33.679/11 (5 volumes) - Apensos nºs 040.001.949/10 (11 volumes) e 040.001.742/10 (2 volumes).

Nome/Função/Período: Dagoberto Pina dos Santos (Chefe da Unidade de Administração Tecnológica, no período de 1º.1 a 30.12.09).

Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Fazenda.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Síntese das impropriedades/falhas apuradas: irregularidades nos pagamentos realizados pela Secretaria de Fazenda do DF no exercício de 2009, envolvendo reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, verificadas no Processo nº 43.421/09, conforme Decisão nº 5.424/16.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea "c" e 58, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar **irregulares** as contas em apreço.

ATA da Sessão Ordinária nº 4958, de 6 de junho de 2017.


Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu e Paiva Martins.

Decisão tomada: por unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procuradora-Geral Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.


ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente


JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator


CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora-Geral do Ministério Público
junto à Corte